

JORGE AUGUSTO BARRETO GONÇALVES

**SOBRE A LEGITIMIDADE NA MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO
ECONÔMICO A CUBA PÓS-GUERRA FRIA**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão
do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília -
UniCEUB.

BRASÍLIA - DF

2008

JORGE AUGUSTO BARRETO GONÇALVES

**SOBRE A LEGITIMIDADE NA MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO
ECONÔMICO A CUBA PÓS-GUERRA FRIA**

Banca Examinadora:

Prof. Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Aline Maria Thomé Arruda
(Membro)

Frederico Seixas Dias
(Membro)

BRASÍLIA - DF

2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, irmãos, tios, primos (sem vocês não teria chegado a este tema) e avós, pois, sem a família eu não estaria aqui. Amigos, sem eles não teria forças para chegar ao fim, professores, colegas de sala e de trabalho. A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão deste trabalho. Agradeço, principalmente, a minha orientadora, Raquel Boing Marinucci. Sem você as idéias não teriam se transformado em monografia.

“Sonho com o dia em que a justiça correrá como água e a retidão
como um caudaloso rio.”

Martin Luther King

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar o bloqueio econômico a Cuba, mantido pelos Estados Unidos desde a década de 1960, e suas especificidades. Mais precisamente, busca-se analisar a questão da legitimidade da manutenção do bloqueio após o término da Guerra Fria, período histórico que criou o ambiente para a instalação de dito bloqueio. Neste sentido, abordo o conceito de legitimidade e como este princípio é tratado pelas diferentes teorias das relações internacionais, como é construído, bem como a diferença no tratamento da legitimidade nos períodos da Guerra Fria e no contexto atual. Desta forma e categorizando também outros conceitos importantes no desenvolvimento da monografia, será possível analisar a história do bloqueio e a história da relação de Cuba com os Estados Unidos, disposta ao longo da monografia, para chegar-se a uma conclusão sobre a legitimidade ou não do bloqueio, sobre o seu anacronismo e outras questões que estão impostas pela sua manutenção.

Palavras-chave: Cuba. Estados Unidos. Bloqueio (embargo) econômico. Legitimidade.

ABSTRACT

This paper has as objective analyzing the economic blockade to Cuba, held by the United States of America since the 1960's, and its particularities. More specifically, it seeks to analyze the matter of legitimacy and the maintenance of the blockade after the end of the Cold War, historical epoch that created the atmosphere for the establishment of the blockade. By this means, I mark out the concept of legitimacy and how this principle is treated by many international relations' theories, how it is constructed, as well as the difference of the treatment of legitimacy during and the Cold War and in its current context. Therefore, and also categorizing other important concepts useful for the development of this paper, it will be possible to analyze the history of the blockade and the history of the relations between Cuba and the United States, to then conclude about the legitimacy or not of the blockade, about its anachronism and other questions imposed by the continuance of the blockade.

Keywords: Cuba. United States. Economic blockade (embargo). Legitimacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – LEGITIMIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	10
1.1. Conceitos e Teorias	10
1.2. A legitimidade em Gramsci	17
CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DAS RELAÇÕES CUBA - ESTADOS UNIDOS.....	19
2.1. Histórico pré-bloqueio.....	19
2.2. O Bloqueio econômico	25
CAPÍTULO 3 – A MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO	28
3.1. Democracia e sistema político em Cuba	28
3.2. Direitos humanos e <i>lobbies</i>	33
3.3. Anacronismo, aproximação e esforços para o fim do bloqueio	36
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O bloqueio econômico a Cuba, assim como uma viagem à ilha, é uma volta ao passado. Todos que vão ao país onde o socialismo sobrevive ficam impressionados com os carros dos anos 1950 e 60 que ainda circulam, remendados, pelas ruas do país. Andar de Lada¹ é obrigação turística, assim como tirar fotos ao lado de antigos Chevrolets. O bloqueio econômico a este país, mantido e remendado pelos Estados Unidos desde 1962, deveria causar o mesmo impacto, nem que fosse pelo anacronismo da situação. A sanção estadunidense é uma reminiscência da Guerra Fria, que atormenta a vida dos cubanos que escolheram permanecer na ilha mesmo com todos os sacrifícios para a implementação e manutenção de um governo socialista boicotado pelo governo estadunidense, maior potência política, militar e econômica de nossos dias. Por que o bloqueio permanece, mesmo com o fim da Guerra Fria, período histórico que motivou o início da sanção e oferecia um motivo para a sua manutenção? Esta manutenção é legítima?

O propósito desta monografia é, justamente, debater a legitimidade ou não da manutenção do bloqueio a Cuba, que completará 46 anos em 2008, em contraste com sua legalidade. Além de discutir a legitimidade, buscar-se-á os entender os motivos para esta manutenção e pensar caminhos para um fim da sanção. Para tanto, o primeiro capítulo se dedicará às bases teóricas que fundamentarão esta discussão, ocupando-se, principalmente, do conceito de legitimidade, sua aceitação e interpretação de acordo com teorias preponderantes nas relações internacionais. Esta conceituação possibilitará, mais adiante, o debate sobre a legitimidade e formará as bases para responder o que cada grupo (cubanos, estadunidenses, sociedade internacional) pensa sobre a legitimidade do bloqueio, como cada parte da sociedade aceita a legitimidade ou não desta sanção econômica.

Já no capítulo seguinte, será exposta uma descrição da história por trás do bloqueio, visto que, para entender um evento histórico, é imprescindível conhecer suas bases, o passado que teria motivado a situação atual. Veremos um histórico das relações entre os dois países protagonistas do objeto de estudo bem como uma descrição da

¹ Nome de montadora e carro soviético.

evolução do bloqueio econômico, desde o seu início, com o triunfo da revolução de Fidel Castro, passando pela Guerra Fria, até chegar aos dias de hoje.

Após definir conceitos e bases teóricas no primeiro capítulo e fazer um histórico da relação de Cuba com os Estados Unidos, bem como do bloqueio econômico no segundo, o terceiro capítulo fará uma análise sobre a manutenção do bloqueio, buscando entender os seus motivos, caminhos para o seu fim, a manifestação da sociedade internacional sobre a sanção e, consecutivamente, concluir sobre a legitimidade da manutenção da sanção.

1. LEGITIMIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste primeiro capítulo, será trabalhado o conceito de legitimidade, primordial para desenvolvimento desta monografia, bem como outros conceitos e teorias necessárias para posterior análise crítica da manutenção do bloqueio a Cuba, caso que será apresentado detalhadamente no capítulo seguinte.

1.1 Conceitos e Teorias

A legitimidade é um conceito controverso, sujeito à interpretação e, portanto, nunca atinge unanimidade, tanto em sua conceituação como na sua aplicação. Apesar desta dificuldade, e levando em consideração a subjetividade no seu uso, este trabalho buscará mostrar algumas abordagens acerca deste conceito, escolhendo aquele que melhor explica o tema que se busca discutir, a (i)legitimidade de uma situação específica no tempo – a manutenção do bloqueio econômico a Cuba pós-Guerra Fria. Tomaremos como pressuposto a legitimidade e a ilegitimidade como conceitos aceitos na política internacional. No entanto, para que possamos utilizá-los com margem mínima para interpretações ambíguas, cabe uma prévia discussão sobre estes conceitos e como eles são percebidos tanto durante a Guerra Fria, como nos dias atuais.

O sistema internacional, mesmo com organizações como a ONU, é anárquico, segundo algumas teorias clássicas, como o realismo, que tem Maquiavel como um precursor e Morgenthau como um de seus expoentes mais influentes. Anárquico no sentido de que cada Estado é soberano e não existe uma legislação coercitiva aceita e respeitada por todos para puni-los em casos de descumprimento de leis, como acontece nacionalmente. Esta anarquia, ou esta ordem internacional, está sempre em busca de modelos perfeitos ou, melhor dizendo, um equilíbrio. Modelos que contribuam para a diminuição de conflitos armados. Até que chegemos a este modelo perfeito, se é que isto é possível, teremos conflitos que não precisam necessariamente ser armados. A Guerra Fria evidenciou isto, com o mundo bipolarizado, onde duas superpotências, EUA e URSS, guerreavam sem armas para tentar propagar no mundo o modelo perfeito (para eles) para a ordem mundial. A ordem no sistema internacional, segundo os realistas, deve ser mantida através da força, da imposição do *hegemon*, uma vez que o

ambiente é anárquico e os Estados soberanos têm em seu cerne um instinto expansionista. Ou seja, uma vez que temos um *hegemon* poderoso e temido por todos, as guerras tendem a rarear e está dada uma situação de relativa estabilidade.

No realismo e neorealismo, os Estados são os principais atores nas relações internacionais, atores unitários e, mesmo que se aceite os grupos de pressão internos, no momento de se expressar e agir perante a comunidade internacional, quem manda é o Estado. Este ator, segundo esta teoria, é racional, pensa em custo benefício, sempre com a questão da segurança e do interesse próprio em primeiro lugar e não aceita um poder supranacional. (SARFATI, 2005) Pensando nestes termos, existe legitimidade, no sentido de aceitação da comunidade internacional, para os realistas? Pode até existir, mas seria uma mera consequência de atos visando o maior benefício do Estado, uma vez que, segundo esta teoria, os fins justificam os meios. Ou seja, o que importa é o que se consegue e não como isto será alcançado (legitimamente ou não). É claro que legitimidade será sempre bem-vinda, mas ela não é primordial para que as coisas aconteçam e não será por falta dela que uma ação deixará de ser tomada.²

Por outro lado, os liberais e neoliberais defendem uma agenda múltipla, dão atenção a assuntos distintos e não só a segurança, levam em consideração a vontade pública (no caso das relações internacionais, da sociedade internacional) e acreditam numa grande interdependência, o que torna menos relevante a preocupação central pela segurança e ações de sanção, como o bloqueio a Cuba. Interdependência pode ser entendida como uma rede de relacionamentos, uma interconexão, onde as responsabilidades são mútuas e os relacionamentos entre os atores cada vez mais intensos, tendo como base para esta interação crescente, a aceitação e a crença em princípios internacionais respeitados pelos atores. Esse conceito chega junto com o fortalecimento da idéia de uma sociedade global, de ações e decisões multilaterais, a globalização, que torna as fronteiras nacionais divisões mais tênues, ainda formalizadas, mas cada vez mais simbólicas, no sentido de não mais separar o fluxo de pessoas, bens, capitais, ideologias etc. Autores que defendem a teoria da interdependência pregam que autonomia e soberania, por exemplo, são diminuídas neste processo, já que todos

² Para mais sobre estas teorias ver:

KEOHANE, R. *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Ícone, 2000.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

TUCÍDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Nova York: Penguin Books, 1972.

MORGENTHAU, H. *A política entre nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: EdUnB/Ipri, 2003.

dependem de todos. A interdependência conecta os Estados de tal sorte que a ação de um afeta a todos, em maior ou menor grau, mais cedo ou mais tarde. Podemos pensar na interdependência como um grande quebra-cabeça, ou um castelo de cartas. Para que o quebra-cabeça fique completo ou o castelo inteiro, é preciso a cooperação de todas as partes, se isso não acontecer, o castelo fica frágil, e se a parte que falta para a sua total construção for básica, o castelo desaba. A falta de cooperação de uma parte pode levar que outros sigam a mesma direção, ou entrem em conflito com aquela parte que desequilibra o sistema, instabilizando as relações. A legitimidade, para os liberais, é uma questão importante para que o mundo funcione através da interdependência idealizada, pois, se forem tomadas atitudes consideradas ilegítimas, quebra-se um ciclo de cooperação e aproximação dos atores, essencial para o funcionamento do modelo, é a ruína do castelo de cartas.³

Já os racionalistas, também chamados de Grocianos, pela influência de Hugo Grotius, vão buscar pontos de convergência entre os Estados (cooperação) e questionarão a inevitabilidade dos conflitos. Para este grupo de pensadores, o antagonismo, os conflitos entre nações são períodos excepcionais na História e não a regra, como sugerem os realistas. A cooperação impera, pois, numa idéia próxima à da interdependência, os Estados estão conectados entre si por suas relações, mas para os racionalistas esta conexão entre os Estados se dá dentro do direito internacional, deveria haver uma institucionalização internacional e esta seria respeitada por todos, evitando os conflitos. Se existem divergências em como chegar a uma ordem mundial, é certo que haverão divergências também sobre o que é legítimo para chegar e/ou manter esta ordem, no entanto, mais uma vez, existe a legitimidade, e aqui ela é atingida através de sua legal institucionalização. A criação de organismos internacionais ajuda a entender melhor esta idéia. A partir da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, os Estados divergem sobre variados temas relativos ao comércio e, para resolver a disputa, levam o assunto ao âmbito da OMC que decide quem tem razão. O assunto é encerrado legalmente e legitimamente, pois, foi feito em um foro intermediador reconhecido e legitimado por ambas as partes.

³ Para mais sobre estas teorias ver:

KEOHANE, R.; NYE, J. *Power and Interdependence*. Nova York: Harper Collins, 2001

DOYLE, M. Liberalism and world politics. *American Political Science Review*, Los Angeles, v. 80, n. 4, dez. 1986.

Para os Marxistas ⁴, uma organização econômica desigual será questionada pela exploração e pela geração de dependência entre periferia e centro, ou seja, será considerada ilegítima por gerar a desigualdade social, econômica, cultural etc. Portanto, o capitalismo em si é ilegítimo, pois, é injusto. Marx utilizava a economia e o sistema de produção de cada época para explicar o sistema de poder estabelecido, suas falhas e modelos de dominação. Para Marx, a estrutura (economia) e sua evolução determinam os passos da superestrutura (política, ideologia). Se há necessidades de mudanças na estrutura, a superestrutura também deverá mudar, vide evolução do feudalismo ao capitalismo. Enfim, o capitalismo traz consigo a exploração da força do proletariado, uma vez que estes trabalhadores (principalmente na época de Marx, sem legislação e direitos como hoje) enriquecem os donos do capital e recebem quase nada por isso. Entendendo que a força econômica determina a força política, quem estaria no poder seria sempre a burguesia capitalista que perpetuaria esta exploração do proletariado, através de leis elaboradas pela burguesia e para a burguesia. A manutenção do proletariado como dominado é indispensável para a manutenção do poder pela burguesia capitalista. Para acabar com a injustiça que a exploração capitalista gera, faz-se necessária uma revolução, rompendo com as leis atuais (que são ilegítimas), levando o proletariado ao poder.

Um bloqueio econômico a um país para forçar seu enfraquecimento e uma posterior dependência acentuada do centro, seria então, na visão marxista, uma tradução para ilegitimidade, já que, visa perpetuar, com esta possível dependência, o estado de dominação entre o detentor do capital e o fornecedor de mão-de-obra (ou matéria-prima, implantação de empresas com isenção de impostos e mão-de-obra mais barata, para entrar no contexto da internacionalização de empresas). Os marxistas dizem que a economia é “o motor da História”, um bloqueio à economia de um país seria, então, mais do que ilegítimo, uma imposição ao rumo da História daquele país.

Tudo isto para dizer que existem “formas” de legitimidade (aceitação versus força) e o seu conceito não é consenso. Porém a existência da legitimidade em si é, sim, consenso, uma vez que nenhuma teoria irá negar a existência da legitimidade. O que acontece são critérios distintos que cada corrente tem para justificar o que é legítimo ou não e, mais que isso, quando aplicar o conceito de legitimidade e qual a sua relevância.

⁴ Para mais sobre esta teoria ver:
MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Progresso, 1987.

Segundo Fonseca, “o alicerce da legitimidade é a confiança e aquele “algo” se identifica com a soma de subjetividades individuais similares, constituindo as bases psicológicas do consenso coletivo.” (FONSECA, 1998, p. 138). Ou seja, é legítima uma ação que nasce da argumentação, da negociação e por fim chega-se ao consenso coletivo, à aceitação. Legitimidade aproxima-se, assim, da ética. O mesmo autor cita outra forma de legitimidade, a da imposição do mais forte através da coerção, o que na verdade não vem a ser legitimidade e sim a aceitação temporária a uma situação desfavorável por não ter meios de contrariá-la. A relação entre poder e legitimidade é estreita neste caso e mais utilizada em tempos de conflitos, como na Guerra Fria. Até por isso, este trabalho não discutirá a imposição do bloqueio econômico a Cuba, já que este se deu em um momento histórico de um conflito específico – a afirmação da revolução cubana, durante a Guerra Fria, com sinais de aproximação à URSS - e sim a sua manutenção após este momento de clara tensão e, principalmente, após a extinção da União Soviética e a conseqüente diminuição da importância estratégica de Cuba em um possível conflito bélico. A “legitimação” do bloqueio, hoje, se dá pela força dos EUA no cenário internacional e a vontade deste Estado na manutenção desta sanção. Segundo Fonseca, “Quando ligada exclusivamente ao poder, a tendência é que os fundamentos da legitimidade se enfraqueçam.” (FONSECA, 1998, p. 149)

Seria hoje o bloqueio a Cuba ilegítimo? É isto que tentamos entender. Fonseca divide a ilegitimidade em duas categorias: descumprimento da norma e crítica social ou, no caso das relações internacionais, crítica da sociedade internacional. Quanto ao descumprimento da norma “as sanções são suaves quando o poder é responsável pela violação da norma.” (FONSECA, 1998, p. 190) Ou seja, é difícil que os EUA sejam punidos hoje pela manutenção do bloqueio, até porque, teoricamente, o mesmo é uma ação unilateral, aprovada pelo congresso e senado americano, logo, o mesmo é legal. Legalidade não é sinônimo de legitimidade e, ao mesmo tempo, a base da legalidade está na legitimidade e não na força. Sobre a dicotomia legitimidade/legalidade, segundo Bobbio (2002, p. 674). “entende-se por legalidade um atributo e um requisito do *poder*, daí dizer-se que um poder é legal ou age legalmente ou tem o timbre da legalidade quando é exercido no âmbito ou de conformidade com leis estabelecidas ou pelo menos aceitas. Embora nem sempre se faça distinção, no uso comum e muitas vezes até no uso técnico, entre legalidade e legitimidade, costuma-se falar em legalidade quando se trata do exercício do *poder* e em legitimidade quando se trata de sua *qualidade* legal (...).”

Ainda em Bobbio (2002, p. 675) , “podemos definir legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de *consenso* capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos.”⁵ Ou seja, as leis existem para que o poder possa ser estabelecido e a legitimidade para conceder ou remover uma base de apoio à legalidade. O que é legal pode entrar em desuso, logo, seria a hora de rever conceitos e decisões. Como exemplo, no Brasil, o divórcio já foi prática ilegal, até que a lei caiu em desuso, voltou a ser discutida e passou a ser prática legal. No caso do embargo econômico a Cuba, não estaria na hora de rever a sanção? É o que pretendemos investigar. No que diz respeito à crítica da sociedade internacional, como veremos no segundo capítulo, há uma forte contestação da validade das sanções mantidas contra Cuba pós-Guerra Fria.

Ainda no debate sobre o conceito de legitimidade, vamos observar uma diferença de critérios para definir o que é ou não legítimo durante e após a Guerra Fria. Legitimidade pode ter como sinônimo a coerência. No período da Guerra Fria alguns princípios, costumes e normas básicas das relações internacionais, como o princípio de não-intervanção, foram violadas. Contudo, naquele momento era coerente, logo legítima (ou assim se propagava), a intervenção das duas superpotências, cada uma em sua área de atuação, pois, estavam buscando chegar à estabilidade e implementar o modelo que cada um achava ser perfeito para o mundo. Da mesma forma que a escravidão de negros ou a negação do direito de voto às mulheres já foi legítima no passado. Este tipo de “legitimidade”, entre aspas por não necessariamente serem atitudes éticas e/ou justas, tem uma historicidade que lhe é inerente. Funciona para momentos e casos específicos. No pós-Guerra Fria, com o fim da tensão por uma guerra nuclear que devastaria a humanidade, voltamos a um período de certa estabilidade, o que para os racionalistas é a regra. A pretensão de legitimidade pela força e pelo medo volta a ser questionada. Hoje, ainda existem intervenções em soberanias alheias, mas legitimadas e devidamente justificadas para a sociedade internacional, pelo menos na maioria dos casos. É legítima a intervenção, a sanção em casos de violação extrema dos Direitos Humanos, por exemplo. Citando Fonseca (1998, p. 216), na dinâmica do Pós-Guerra Fria:

⁵ Grifo meu.

“(…) Podemos admitir que, em linhas gerais, definiram-se, no pós-Guerra Fria, uma série de temas que passam a constituir o corpo hegemônico das políticas legítimas (...). Os temas são bem conhecidos: democracia e direitos humanos, problemas humanitários, liberdade econômica e criação de condições iguais de competição, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, a solução multilateral de crises regionais, defesa do meio ambiente, movimentos para institucionalizar, em organismos multilaterais, as propostas e teses nessas questões etc. (...)”

Portanto, como legitimar a continuidade do bloqueio econômico a Cuba? A manutenção do bloqueio pelos estadunidenses ajuda a perpetuar situações naquele país que são tidas como ilegítimas pelo país norte-americano, tomando como base a citação acima. Democracia, por exemplo. A manutenção do bloqueio fortalece o regime castrista, considerado uma ditadura pelos estadunidenses, e afasta a ilha de Cuba do modelo político considerado ideal pelo *hegemon*, que mantém o bloqueio, neste momento histórico. Nos capítulos a seguir, serão analisados assuntos como democracia e outros pontos que os Estados Unidos alegam serem motivos da manutenção do bloqueio.

O que dizer sobre liberdade econômica e condições iguais de competição? Como Cuba competirá “em condições iguais de competição” com o peso do bloqueio? Pode-se dizer legítimo um bloqueio econômico que surgiu nas tensões da Guerra Fria e persiste mais de 15 anos após a queda do muro de Berlim? Como contrariar 16 votações em Assembléia Geral da ONU (lembrando que estas votações não têm efeito legal, mas refletem a opinião internacional acerca do assunto), em 16 anos consecutivos onde se votou, com esmagadora maioria (Em 16 anos, média de 148 votos a favor do fim do bloqueio e 3 contra, 17 ausências e 18 abstenções), pelo fim do bloqueio? Como legitimar e manter esta sanção que bate de frente com “o corpo hegemônico das políticas legítimas” da ordem política internacional no pós-Guerra Fria. É esta ilegitimidade, perante a sociedade internacional, que parece ser ignorada pela potência estadunidense, que este trabalho pretende abordar, tentando entender como o bloqueio persiste e como, se possível, pode-se chegar a um fim, dando condições iguais a Cuba, condições que tanto se propaga nas “democracias” que o grupo de Bush tenta promover a ferro e fogo.

1.2 A legitimidade em Gramsci

Voltando à teoria marxista e a um teórico específico, vamos trabalhar a idéia de legitimidade na perspectiva de Gramsci. Este pensador introduz diversos conceitos em suas teses, como o de revolução passiva, que seria uma revolução sem o uso da força e do poder. Uma forma política para as lutas sociais que levam às transformações históricas das relações sociais em uma determinada sociedade, estas transformações são complexas e perceptíveis a todos, como a revolução francesa, por exemplo. A revolução passiva começaria com pequenas reformas, ou o desejo por elas, combinada a uma luta de classes, porém, apenas as reformas e as lutas de classes são insuficientes para que a revolução aconteça, é necessário que o cenário internacional esteja em um momento favorável para o sucesso da mesma (Revolução socialista cubana na Guerra Fria, com a União Soviética como uma das potências do momento, por exemplo). Outro conceito importante do teórico é o de sociedade civil (consenso) que “para Gramsci (...) representa o fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações torna-se o centro da análise e não a estrutura.” (CARNOY, 1986, p. 94) Divergindo de Marx, que colocava a sociedade civil como estrutura. Há ainda o conceito de sociedade política (força) e vários outros que nos ajudam a entender o pensamento de Gramsci. Enfim, entre estes conceitos surge um que se destaca para utilização neste trabalho sobre (i)legitimidade: hegemonia.

Este conceito se aproxima ao de legitimidade. Hegemonia, para Gramsci, é unificar através da ideologia e conservar unido um bloco social, político, cultural e moralmente. Hegemonia é a legitimação de uma posição da Sociedade Civil, é quando a força é substituída pelo consenso, privado e Estado, Sociedade Política e Civil se aproximam formando um bloco de alianças para a ordem social. Hegemonia, em Gramsci, se contrapõe à dominação, tem pouco a ver com o conceito realista de *hegemon*, que é aquele líder mais poderoso (economia e militarmente) e por isso respeitado. “O que estabelece uma hegemonia é um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma completa capacidade de direção. (...) Não haveria organização do poder moderado somente com o uso da força. É um complexo de atividades culturais e ideológicas - das quais são protagonistas os intelectuais - que organiza o consenso e

permite o desenvolvimento da direção moderada.”⁶ Uma vez atingida, a hegemonia permite à classe dominante que a atingiu, “educar” a classe dominada moral e intelectualmente. A classe hegemônica detém a liderança legítima para impor sua visão de mundo. Uma hegemonia política legítima só seria possível e mantida com as características acima, com a minimização das desigualdades, a proximidade entre as Sociedades Política e Civil. Enfim, a hegemonia não é absoluta, não é coesiva, comporta contradições e está sujeita ao conflito (ideológico, político, moral etc.), o pensamento e o grupo que é hegemônico e dominante pode vir a ser dominado, dependendo da consciência e vontade dos dominados. Todos estes conceitos demonstram a utilidade e importância de Gramsci neste trabalho, que nos ajudará a interpretar e entender a história que será apresentada no segundo capítulo.

Para se chegar ao estado hegemônico e enquanto não se chega a este nível, existe uma força - no sentido de movimento, organização - chamada por Gramsci de contra-hegemonia (ou hegemonia alternativa). Tendo em mente que “a hegemonia significa o predomínio ideológico das classes dominantes sobre a classe subalterna na sociedade civil” (CARNOY, 1986, p. 93), contra-hegemonia é exatamente a oposição a este domínio, oposição à classe dominante. Quando isto ocorre, acontece uma “guerra de posição” da hegemonia proletária (dominada) contra a hegemonia burguesa (dominante). Esta “guerra” é ideológica e quem vence tem a base para um novo Estado, estabelecido pela nova hegemonia, com nova moral, novos conceitos e ideologias a serem difundidas. As vitórias de diversos presidentes de esquerda na América Latina, em eleições recentes, em um continente acostumado a eleger presidentes de direita é um bom exemplo de movimento contra-hegemônico. Outro exemplo é Cuba, por ter implementado e, principalmente, se mantido um país socialista cercado por um mundo inteiro capitalista.

Ao longo deste capítulo buscou-se apresentar as bases teóricas e conceitos importantes que nos ajudarão a fazer uma análise do caso estudado. Conceitos como legitimidade/ilegitimidade, que é base desta monografia e será muito importante para a análise do caso no terceiro capítulo, bem como as idéias de hegemonia e contra-hegemonia. O capítulo a seguir trará os antecedentes e histórico do bloqueio, indispensáveis para o entendimento completo do objeto de estudo.

⁶ TORTORELLA, Aldo. *Vocabulário gramsciano*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv52.htm>>. Acesso em 10 jan. 2008.

2. HISTÓRIA DAS RELAÇÕES CUBA - ESTADOS UNIDOS

Este segundo capítulo tratará da história da relação entre Cuba e Estados Unidos, utilizando como fontes principais os livros *Cuba: uma nova história*, de Richard Gott⁷, historiador inglês especializado em América Latina e *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*, de Sellers, May e McMillen, professores universitários nos Estados Unidos. O capítulo tratará também, com mais detalhes, a história do bloqueio econômico.

2.1 Histórico pré-bloqueio

As relações dos Estados Unidos com Cuba começaram no século XVIII via comércio, tanto legal como ilegal, principalmente de açúcar e tabaco. O fluxo era tanto que em 1776 a Espanha abriu, oficialmente, os portos cubanos aos Estados Unidos e, a partir daí, o comércio entre os dois países aumentou cada vez mais. Durante o século XIX, em mais de uma oportunidade, (ex) presidentes estadunidenses manifestaram o interesse na anexação de Cuba aos Estados Unidos, que haviam expandido seu território significativamente pela força das armas ou das finanças em anos recentes (Flórida, Texas e Louisiana, por exemplo). Durante o século XIX, por mais de uma vez aconteceram guerras para a tentativa da independência de Cuba e os Estados Unidos, atentos ao que acontecia na ilha, tentaram compra-la da Espanha antes que isso acontecesse, porém, sem sucesso. A princípio porque uma independência de um país de grande população negra, próximo ao sul dos Estados Unidos não era interessante, para aquela região predominantemente negra e subjugada, depois por razões políticas e estratégicas. Um ano após a segunda tentativa da compra de Cuba (o que foi chamado pelos Estados Unidos de uma tentativa pacífica de acabar com as hostilidades entre Cuba e Espanha pela independência da ilha), aconteceu a Guerra Hispano-Americana, que teve como estopim um couraçado americano que explodiu quando ancorado em Cuba. Os EUA alegavam que os espanhóis haviam atacado a embarcação covardemente, uma desculpa para o início da guerra, que mais tarde seria questionada e

⁷ Richard Gott, britânico, é historiador, jornalista e pesquisador honorário do Instituto para o Estudo das Américas da Universidade de Londres.

desmentida. Os Estados Unidos acaba vencendo esta guerra com a assinatura do tratado de Paris que teve como fruto a entrega das colônias espanholas de Porto Rico, Guam, Filipinas e Cuba aos Estados Unidos. Os cubanos, desde o princípio não viram com bons olhos a intervenção americana, pois, já vinham lutando por sua independência há um bom tempo, os Estados Unidos chegaram no final, liquidaram os espanhóis e ficaram com a fama por ter feito a “independência” cubana.

De 1898 a 1902 os Estados Unidos governaram Cuba em um regime militar e, a princípio tinham intenção de ficar por um período maior, submetendo a ilha cada vez mais a uma dependência tamanha aos Estados Unidos que, mesmo após a entrega do governo aos cubanos, o país ficaria dependente dos Estados Unidos. Em 1926, 60% da indústria cubana de açúcar (a indústria mais forte no país) eram de empresas estadunidenses e 95% da exportação de alimentos cubanos eram para os Estados Unidos, plano de dependência executado à risca. Os estadunidenses saíram antes do que a princípio era planejado, mas não sem se certificar de que continuariam tendo o controle sobre Cuba, a Emenda Platt garantiria este controle. Os cubanos foram obrigados a incorporar esta emenda em sua constituição, que ficou pronta em 1901, emenda que previa, por exemplo, que Cuba não poderia fazer nenhum tratado com países estrangeiros sem o consentimento dos EUA, o direito de supervisionar as finanças cubanas e intervenção em Cuba sempre que se julgasse necessário, o direito de ter uma base militar em Guantânamo, entre outras coisas que ferem a soberania de um país independente. Com tudo isso acertado, em maio de 1902 foi proclamada a independência de República de Cuba, chamada pelos revolucionários fidelistas⁸ até hoje de pseudo-república. Independência hipotecada, segundo Gott, pois a emenda Platt foi abolida apenas em 1934, porém, seus ecos serviram de inspiração para a lei Helms-Burton, de 1996 que veremos um pouco mais adiante.

Os anos pós-independência foram seguidos de revoltas e de um sentimento de repúdio à nova república que, antes de qualquer coisa, representava uma submissão declarada da ilha aos EUA. Até os anos 30, os presidentes que se sucediam no poder em Cuba eram pró-Estados Unidos, mantendo a submissão e a emenda Platt. Até que em 1933 acontece a primeira revolução cubana do século XX. Naquele mesmo ano Franklin Roosevelt tomara posse nos Estados Unidos, implementando o New Deal na economia

⁸ Fidelista é o termo usado por cubanos que apóiam o líder e a revolução, sugerindo uma proximidade, enquanto o termo comumente utilizado nos livros é castrista.

americana e garantindo que não desejava mais intervir na política cubana seguindo a sua política de “Boa Vizinhança”, Roosevelt que lutou na guerra Hispano-Americana na campanha terrestre em Cuba, na época como comandante das forças armadas. Enfim, a não-intervenção estadunidense garantiu o sucesso da revolução, pois, o presidente de Cuba na época, Gerardo Machado, esperava que, mais uma vez, a intervenção militar dos EUA acabasse com a revolta popular. A intervenção não aconteceu e Machado foi forçado a renunciar. O sucessor de Machado foi Ramon Grau, ele chegou ao poder nomeado pela junta liderada pelo sargento Fulgencio Batista, um dos líderes da revolução que se auto-intitulava “Sargento-Chefe Revolucionário de Todas as Forças Armadas de Cuba”. Um dos primeiros atos de Grau foi anular a emenda Platt, o que deixou os EUA descontentes, respondendo imediatamente em protesto que não reconheceria o governo de Grau. O presidente cubano tentou várias outras atitudes populistas como a nacionalização de empresas batendo de frente com os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, foi perdendo o apoio que tivera dos estudantes e do exército que não via suas exigências atendidas, o que resultou num governo de apenas quatro meses.

Ao mesmo tempo, Fulgencio Batista foi se tornando cada vez mais próximo dos Estados Unidos e mais popular que nunca frente aos homens que comandava nas forças armadas até que conseguiu se eleger presidente em 1940. Cuba viveu fortes turbulências entre 1934 e 1940. Apenas neste período, sete presidentes governaram o país, que vivia altos índices de violência. Nesse cenário, o exército, comandado por Batista, era cada vez mais respeitado, requisitado, tinha cada vez mais força. Em 1940 foi aprovada a primeira constituição cubana feita por uma assembléia constituinte, constituição considerada social-democrata, que garantia direitos a trabalhadores e voto às mulheres, entre outras coisas. Os governos que se sucederam foram impopulares, com grande índice de corrupção e violência, em 1952, eleições aconteceriam, porém, nenhum dos possíveis candidatos agradava. Os oficiais de baixa patente do exército resolveram que outro golpe (planejado na Flórida) seria necessário para o país não cair novamente em mãos erradas, Batista, sabendo disso, resolveu apóia-los. Sustentado por seu sucesso como presidente anteriormente, Batista teve apoio popular, a princípio, e seu governo foi reconhecido pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, algumas de suas atitudes, como a suspensão de boa parte da constituição de 1940, deixaram alguns cubanos e grupos revolucionários como o de Fidel Castro em dúvida sobre a legitimidade do governo. Fulgencio Batista foi o presidente cubano mais próximo que os Estados

Unidos já tiveram, durante o seu segundo governo os estadunidenses voltaram a dominar a economia cubana com um número cada vez maior de empresas daquele país se instalando em Cuba governada por Batista, que passou a fechar os olhos a corrupção e o crime organizado. A legitimidade do governo começava a ser questionada pela sociedade que, após ver um de seus maiores orgulhos (Constituição de 1940) despedaçado, começou a sofrer com a repressão. Batista não tolerava críticas e oposição ao seu governo, a imprensa passou a ser censurada e os direitos civis e políticos deixaram de existir, tudo sem manifestações contrárias dos Estados Unidos. Cuba viveu nesta época uma ditadura, apoiada pelos Estados Unidos, que lucrava com a amizade de Batista. Foi nessa época que a revolução liderada por Fidel Castro passou a tomar forma.

Fidel Castro, filho de família rica, esportista e militante estudantil já pensava na carreira política. Iria se candidatar nas eleições de 1952, porém o golpe de estado interrompeu seus planos e, a partir daí passou a planejar a derrocada do governo de Batista. Fidel, como muitos outros cubanos, acreditava que Batista não poderia ser derrotado pelas vias democráticas no futuro próximo e, infeliz com o destino político que se desenhava para seu país, optou pela insurreição armada. Em 26 julho de 1953 o grupo liderado por Castro, na época com 26 anos, atacou o quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, segundo maior quartel de Cuba com o objetivo imediato de tomar armas do arsenal do Estado para a subsequente derrubada do governo de Batista. O ataque a Santiago foi um fracasso, vários homens morreram em batalha, outros foram feridos, capturados e executados, e os que conseguiram escapar como Fidel e seu irmão Raúl fugiram para as montanhas, mas logo foram capturados e julgados. Decorrente deste ataque veio o nome do grupo revolucionário, *26 de Julio*, e a fúria de Batista que instruiu um general a ir a Santiago e executar 10 prisioneiros para cada soldado morto no episódio de Moncada. O general seguiu à risca as instruções de Batista, porém, o tiro saiu pela culatra e este episódio contribuiu para que a opinião pública se virasse contra o regime de Batista. Raul Castro foi condenado a 13 anos de prisão e Fidel a 15, no entanto, foi neste julgamento que o povo começou a ouvir as idéias de Fidel. Advogado formado, ele fez sua própria defesa num discurso de – segundo relatos - duas horas, apresentando seus motivos para a tentativa de golpe, suas idéias caso a insurreição tivesse sucesso, como a volta de direitos estabelecidos na constituição de 1940, suas cinco leis revolucionárias (povo no poder, ataque a corrupção, direito à terra, direito do

proletário à participação nos lucros das empresas e direito nos lucros para plantadores de cana-de-açúcar) e concluiu com a frase que ficaria famosa posteriormente: “Condenem-me, não importa. A história me absolverá”. Durante a prisão Castro começou a planejar os próximos passos do movimento revolucionário. Em 1954 Cuba teve eleições com Batista como candidato único (mais um ato ilegítimo) e em 1955, com uma anistia garantida por Batista, os revolucionários foram libertados. Junto com a anistia, Cuba continuava a sofrer com a falta de liberdade de expressão e política, censura e corrupção, o que embalou Fidel em seus planos revolucionários de insurgência armada, vendo esta como a única opção para o futuro político do país. Fidel, Raúl e outros revolucionários foram para o México, que tinha tradição de abrigar refugiados políticos cubanos, e lá conheceram, em menos de uma semana Ernesto Che Guevara. Fidel e Che passaram a trocar experiências e em pouco tempo ficaram íntimos, tanto que Che seria o braço direito de Fidel na futura derrubada do governo de Batista.

Depois de um tempo reunindo voluntários que chegavam aos poucos, dinheiro para comprar armas e um iate que os transportaria até Cuba, o grupo de 86 pessoas desembarcou na província de Oriente em dezembro de 1956, ávidos pela revolução, que não diferia muito da tentativa de 1953 nas suas táticas, e esperava apoio popular em todo o país para obter sucesso. Novamente o grupo de Fidel Castro teve dificuldades e dos 86 originais, menos de uma dúzia conseguiu se reagrupar e chegar à Sierra Maestra, cadeia de montanhas que seria o lar da revolução até que ela vencesse a repressão de Batista. O presidente cubano não deixou barato, instaurou medidas duras em Santiago para evitar que o povo se juntasse a Fidel, com o aval dos Estados Unidos e contando com sua ajuda econômica e em suprimentos militares, mas pouco a pouco o grupo foi crescendo e descobrindo maneiras de se armar. Fidel se reunia com lideranças na Sierra Maestra que faziam planos para enfraquecer o governo, como greves gerais e planejavam a expansão de grupos revolucionários em zonas urbanas, para que tivessem apoio quando decidissem atacar Batista. Em 1957 a Sierra Maestra já tinha estabelecida fontes de suprimentos e armas e cada vez mais jornalistas apareciam por lá, trazidos pelos revolucionários urbanos, para divulgar a revolução, outra tática para buscar apoio popular. Em Julho morreu uma das figuras mais importantes do Movimento 26 de Julho, Frank País. País era o grande articulador, representava Fidel em encontros com políticos americanos e ajudava a organizar o movimento nos centros urbanos. Ao mesmo tempo em que sua morte foi uma grande perda, foi também mais uma

manifestação que o movimento estava tomando corpo e tinha cada vez mais apoiadores, seu funeral se tornou uma manifestação e causou uma greve geral de cinco dias em Santiago e em grande parte de Cuba. No começo de 1958, os guerrilheiros urbanos sugeriram um manifesto incitando a greve geral, Castro concordou, apesar de a princípio achar que ainda não era hora e o movimento foi um fracasso. Esse episódio deu confiança a Batista para tentar acabar com Fidel e ele decidiu enviar cerca de 10 mil soldados para acabar com a base do movimento (que tinha pouco mais de cem homens) na Sierra Maestra. O conhecimento da área deu a vantagem que o grupo de Castro e Guevara necessitava para vencer esta batalha, e foi um triunfo grande o suficiente para compensar o fracasso que havia sido a tentativa da greve geral, bem como para expandir o sucesso da revolução. Foi então que decidiram que era a hora de começar a fase final da guerra contra Batista. Raúl, Fidel, Che e Camilo Cienfuegos organizaram seus homens e partiram para destinos distintos e chaves para a vitória final e pouco a pouco, entre outubro e dezembro os comandantes de cada frente foram vencendo suas batalhas e conquistando o domínio das cidades-chave que haviam planejado. Neste momento, com a possível vitória de Fidel cada vez mais próxima, os Estados Unidos, que nunca tiveram uma posição definitiva em relação ao grupo de Castro durante os anos de guerra contra Batista, decidiu parar o suprimento de armas ao atual governo cubano, pois, se sua queda se efetivasse, teria tentado ajudar o lado perdedor. Batista, com as seguidas derrotas e sem o apoio estadunidense, presidente que surgiu num golpe de Estado e era esperança de acabar com a corrupção cubana, fugiu de Cuba no final de dezembro, deixando pra trás um país que ajudou a tornar pior, política, social e economicamente. Assim, a revolução vence e em 2 de Janeiro de 1959 Fidel faz seu primeiro discurso em Santiago de Cuba, cidade que mais lhe apoiou, onde o primeiro golpe foi tentado em 1953 e onde ele comandou as operações.

Logo em seu primeiro discurso, Fidel Castro declarou que desta vez não seria como em 1898 quando os Estados Unidos vieram e tomaram o poder. Os Estados Unidos, através do presidente Eisenhower, rapidamente reconheceram o governo de Castro, mais para não entrar em conflito já em princípio, com esperanças de que uma ruptura com os Estados Unidos não acontecesse, do que para reconhecer a legitimidade de Fidel. Porém, a partir daí a deterioração das relações entre os dois países aconteceria rapidamente, principalmente pela reforma agrária cubana que previa que no futuro apenas cubanos poderiam ter posse das terras, ou seja, os americanos que detinham terra

em Cuba as perderiam (com direito a indenização) e pela nacionalização de toda a indústria cubana (os Estados Unidos detinham praticamente 50% da indústria do país). Como resposta, já em 1959 os Estados Unidos começaram a impor mais restrições ao comércio com Cuba e parou de comprar o açúcar cubano, principal produto da pauta de exportação do país, porém a União Soviética e a China se propuseram a comprar este excedente, que originalmente iria para os EUA, e em agosto de 1960, Fidel nacionalizou todas as propriedades estadunidenses em Cuba, de cinemas a refinarias de petróleo. Os Estados Unidos responderam pouco depois, em novembro, com o embargo das exportações de produtos daquele país para Cuba, excluindo-se alimentos e medicamentos, e tentariam um pouco mais tarde um ataque armado para acabar com o governo liderado por Fidel, a famosa invasão da Baía dos Porcos. Cubanos exilados, que eram contra a revolução, foram treinados e armados pelos EUA, a operação foi organizada na Flórida e a invasão aconteceu em abril de 1961, no entanto, as forças de Fidel já esperavam a invasão, estavam preparadas e venceram os Cubanos anti-revolução em dois dias. Essa invasão, com a chancela do presidente Eisenhower, foi um dos grandes erros dos EUA contra Cuba e ajudou a empurrar a ilha definitivamente para o lado da União Soviética. Outros conflitos políticos e econômicos se sucederam, até que no final de 1962, com os EUA já sob o governo de Kennedy, acontece a famosa crise dos mísseis, que ajudou a piorar as relações entre os países e, a partir deste momento, o bloqueio ficaria mais rigoroso, perpetuando-se até hoje.

2.2 O Bloqueio econômico

O bloqueio econômico a Cuba já havia começado no final de 1960, como resposta às medidas nacionalistas implementadas por Fidel que estavam afetando os EUA. Após a crise dos mísseis, o presidente Kennedy ampliou as restrições ao comércio com a ilha, bem como a compra de bens cubanos e, logo a seguir impôs restrições a viagens de estadunidenses a Cuba e congelou todas as contas que o país mantinha nos Estados Unidos. Todas estas restrições são renováveis eternamente a cada seis meses e, desde então, com algumas exceções, vêm sendo renovadas. A restrição quanto a viagens de cidadãos dos EUA a Cuba acontece para que nenhum capital estadunidense entre no país de qualquer forma, mesmo que por turismo. A lei não proíbe expressamente que se viaje a ilha, porém, faz de toda e qualquer transação em Cuba ilegal, a não ser que se consiga previamente uma autorização do governo. As multas para quem contraria a

restrição são altas e, se condenados, os acusados de negociar com Cuba podem pegar até dez anos de prisão.

Na história, esta restrição a viagens e gastos em Cuba só foi suspensa no governo do presidente Jimmy Carter em 1977, sendo instaurada novamente pelo próximo presidente, Ronald Reagan em 1982. Atualmente, sob o governo de George W. Bush, as restrições e até o controle têm sido mais rigorosos, em 2005 487 estadunidenses foram multados por violarem o bloqueio⁹. Embora não lhes seja recomendado, estadunidenses podem conseguir chegar até Cuba através de outros países e isto é feito, uma vez que o passaporte não é carimbado pela aduana cubana.

Quanto às restrições a pessoas jurídicas foram aprovadas, respectivamente, as leis Torricelli e Helms-Burton que penalizam empresas de outros países que queiram ter negócios com Cuba expulsando-as do território estadunidense e da pauta de comércio do país, bem como impede que subsidiárias de empresas dos EUA, em qualquer lugar do mundo tenham relações com Cuba. Mais precisamente, a lei Torricelli, de 1992, tornou ilegal o comércio de subsidiárias estadunidenses em outros países com Cuba e também determinou que todo navio, de qualquer país, que atracasse em portos cubanos, só poderia chegar aos Estados Unidos depois de seis meses e munidos de uma permissão especial. A lei Helms-Burton vai mais longe quase que obrigando empresas estrangeiras a escolher entre Cuba ou Estados Unidos, pois, a empresa que negociar com Cuba poderá ter a entrada de seus produtos barrada nos Estados Unidos. A lei ainda obriga Cuba a pagar à vista e adiantado qualquer importação feita dos Estados Unidos (mesmo alimentos e medicamentos), além de estabelecer que o transporte de qualquer bem entre Cuba e Estados Unidos deva ser feito por embarcações que não sejam cubanas. As leis têm ainda outros pontos de cunho político, como a definição de que uma transição democrática só poderá acontecer desde que nem Fidel e nem Raúl Castro sejam presidentes.¹⁰

As leis foram aprovadas pelo senado e congresso dos EUA, é legal, mas a legitimidade foi e continua sendo amplamente questionada pela sociedade internacional, tanto que o parlamento da União Européia aprovou lei que torna ilegal a obediência à

⁹ CUERVO, Pelayo. Recrudescimiento del bloqueo por parte de los Estados Unidos. *Tablóide especial*. La Habana, v. 8, p. 4-6, ago. 2006.

¹⁰ Estados Unidos. *Lei N° 104.114, de 12 de março de 1996*. Cuban Liberty and Democratic Solidarity (Libertad) Act of 1996. Washington, 1996. Disponível em: <<http://www.treas.gov/offices/enforcement/ofac/legal/statutes/libertad.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro 2008.

Helms-Burton. Governos de Argentina e México aprovaram leis parecidas, porém, foram atitudes mais simbólicas, ainda são poucos os que ousam ir contra as imposições estadunidenses, uma vez que os interesses são muito maiores na terra de Bush do que na de Fidel, se o caso for financeiro, como é.

Percebendo os ganhos que estavam deixando de ter pela falta de comércio de Cuba, grupos de empresários da área de agricultura pressionaram o governo a permitir o comércio de alimentos. O presidente Clinton assinou uma lei que permitiria, então, o comércio de alimentos e medicamentos a Cuba, dando à lei um caráter humanitário, para que não deixasse a impressão de que estava abrindo as portas para o fim do bloqueio. Inicialmente, Cuba rejeitou comerciar esses bens com os EUA, vendo na lei mais propaganda contra o governo de Fidel do que, de fato, uma vontade de comerciar, no entanto, em 2001 passou pela ilha o furacão Michelle, o que fez com que Cuba começasse a ter que aceitar essas mercadorias. Desde então as vendas só aumentaram e hoje os Estados Unidos são o maior exportador de alimentos para Cuba e o sexto maior parceiro da ilha, em termos gerais de comércio. Incentivados pelo sucesso do agribusiness, empresários de vários setores tentaram uma pressão no congresso estadunidense para acabar também com as restrições de viagens de seus cidadãos a Cuba, pensando na possibilidade de negócios por trás disso. Desde o começo do século XXI foram quatro tentativas para acabar com restrições às viagens a Cuba e chegou-se até a abrir um processo para isso no senado em 2003, porém, o presidente Bush prometeu vetar qualquer iniciativa neste sentido e não houve sucesso em nenhuma das tentativas.

Durante este segundo capítulo, foram apresentados fatos históricos anteriores ao bloqueio, principalmente para ilustrar a história das relações entre Cuba e os EUA. Foi apresentada também uma descrição do que se passou para que o bloqueio fosse instaurado e como se mantém até este ano de 2008. O próximo capítulo buscará fazer uma análise para tentar entender os motivos da manutenção do bloqueio e discutir os possíveis caminhos para o seu fim.

3. A MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO

Após conceituar legitimidade, entre outros termos importantes no primeiro capítulo, e ter feito um histórico, tanto da história das relações entre Cuba e Estados Unidos como do bloqueio econômico que atinge a ilha, o terceiro capítulo desta monografia tem como objetivo entender e fazer uma análise crítica sobre a manutenção da sanção sustentada pelos Estados Unidos pós-Guerra Fria. Isto será feito utilizando idéias e conceitos vistos no primeiro capítulo e tendo como pano de fundo a história explorada no segundo capítulo.

3.1 Democracia e sistema político em Cuba

A falta de democracia em Cuba é o maior argumento estadunidense para a manutenção do bloqueio. De acordo com os EUA, o sistema político que vigora na ilha é ditatorial e, enquanto o país não aderir à democracia, o bloqueio será mantido. Hoje, poucos discordam de que não haja democracia em Cuba, visto que Fidel Castro sempre foi o presidente do país desde a revolução até recentemente, quando renunciou por problemas de saúde.¹¹ Soma-se a isso, décadas de propaganda estadunidense contra o regime da ilha, sempre alegando que o país não vive uma democracia. Por incrível que pareça, na minha visão, sustentada por uma perspectiva teórica a ser apresentada abaixo, existe democracia em Cuba. Porém, antes de explicar a democracia cubana, é necessária uma conceituação do termo.

Existem variações nos modelos de democracia adotados mundo afora, mas o voto, o poder de escolher quem representará os cidadãos daquele país, é um princípio seguido por todas as variações deste tipo de regime. Através do voto, os cidadãos de cada país decidem quem serão os seus representantes nos órgãos do poder público do país. A democracia também está associada a diversos direitos que os cidadãos de cada país têm garantidos, através da constituição que é elaborada pelos políticos eleitos pelo povo e pode ou não passar por um referendo para que seja validado. Não existe uma democracia ideal, um modelo perfeito e/ou único. Cada país democrático tem o seu sistema, sempre mantendo o direito ao voto e a direitos garantidos em constituição, como atendimento médico, educação, lazer, entre outros. Segundo Norberto Bobbio

¹¹ Fidel Castro anunciou sua renúncia quando esta monografia entrava em sua fase final de produção.

(2002, p. 327), “não é possível estabelecer quantas regras devem ser observadas para que um regime possa dizer-se democrático”. Ou seja, não é possível determinar, e por enquanto não existe, o que seja uma democracia perfeita. Cada país defende a sua democracia, o seu modelo e encontrarão falhas nos modelos dos outros.

Ainda sobre o conceito de democracia, para Robert Dahl (2001, p. 99), existem algumas instituições políticas que caracterizam a democracia. Seriam elas: funcionários eleitos, eleições livres, justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para associações e cidadania inclusiva¹². Dahl ainda frisa que estas instituições foram aperfeiçoadas ao longo do tempo, que normalmente não chegam todas de uma vez e que as duas últimas chegaram apenas no último século, contudo, mesmo quando o sufrágio universal era negado, os países se denominavam democracias, já no século XX.

Nos Estados Unidos, um candidato a presidente pode ter a maioria de votos e ainda assim não ganhar a eleição, devido ao sistema eleitoral adotado por aquele país. Justo ou não, é previsto em lei, democraticamente instituída e legitimada por seu povo, que é justamente um ponto frisado por Dahl, é justo desde que a regra seja prevista. No Brasil, quem recebe mais votos é eleito, porém enquanto nos EUA o voto é um direito, no Brasil ele é uma obrigação. Na Inglaterra a votação para primeiro-ministro não é direta, pelo menos em teoria, diferentemente de Brasil e Estados Unidos onde o líder político mais importante, o presidente, é eleito por voto direto. Alguns países fazem referendos para decidir questões mais relevantes, outros deixam tudo nas mãos de seus políticos eleitos. Os tempos de mandato de presidentes, deputados e senadores também variam de país para país, bem como a possibilidade ou não de reeleição, seja por uma, duas ou infinitas vezes. Enfim, como mencionado anteriormente, não existe um modelo perfeito aplicável e seguido por todos, cada país molda a sua democracia, com o passar do tempo, da maneira que lhe pareça mais correta. Todos os países citados acima, com seus diferentes sistemas para eleger presidentes, por exemplo, são considerados democracias. Democracias legítimas, pois, todas elas têm a participação do povo. E Cuba?

¹² Robert Dahl é referência em democracia para órgãos como PNUD. E descreve a teoria da democracia com base na democracia estadunidense.

Ante o exposto acima, é possível dizer que, na minha opinião, em Cuba existe democracia. O país tem um sistema eleitoral, que foi aprovado, em 1976, junto com a constituição em um referendo que contou com a participação de 97% da população votante^{13 14}, legitimando fortemente a nova constituição. A alegação de que em Cuba não existe democracia porque não há eleições presidenciais não é verdadeira. A democracia em Cuba é representativa, e o processo para eleição do presidente é parecido com o britânico. Quem elege o Presidente e o Vice-Presidente, entre outros cargos importantes, são os deputados da assembléia nacional cubana¹⁵. Estes deputados são eleitos pelo povo cubano, que não é obrigado a votar, mas desde a primeira eleição, a participação da população votante sempre esteve acima de 95%. O voto para deputados é secreto e direto. A cada cinco anos acontecem eleições presidenciais, o “problema” é que Fidel sempre as venceu e, em diversas oportunidades concorreu como candidato único, não porque quis, mas porque ninguém mais quis se candidatar, mesmo que toda a população acima de dezoito anos tenha esse direito. A reeleição infinita é legal, aprovada pela lei que rege o sistema eleitoral cubano que foi aprovada no referendo de 1976. Ou seja, Cuba tem uma democracia hegemônica, legítima, com participação direta e abundante nas votações. Se não existisse legitimidade, se o povo não acreditasse nesta democracia, os índices de comparecimento e votações nas eleições tenderiam a diminuir, acompanhando o interesse dos cubanos a exercer este direito.

Sobre as instituições enumeradas por Dahl, pode-se argumentar que em Cuba não existe liberdade de expressão e fontes de informação diversificadas. É verdade que a quantidade de jornais, por exemplo, na ilha é limitada, mas ainda existe. Existem canais de televisão por assinatura que são transmitidos, a maioria deles estadunidenses e existem críticas e reclamações ao governo. Existe também a limitação destes meios que segundo Fidel, às vezes extrapolam e cometem atos contra a própria pátria. Existe, com certeza, uma censura maior que no Brasil e nos Estados Unidos mas, nestes dois países também existem aparatos (leis) capazes de reprimir em casos de abuso de direitos. É verdade também que houveram abusos contra direitos humanos, mas a democracia cubana ainda está em evolução, como todas as outras, atrasadas em alguns aspectos e

¹³ PÉREZ, Jorge. *Elecciones, parlamento y democracia em Cuba*. Disponível em:

<<http://www.parlamentocubano.cu/democracia/parlamento.htm>> . Acesso em 3 jan. 2008.

¹⁴ PÉREZ, Jorge. *Cien preguntas y cien respuestas sobre el sistema electoral cubano*. Disponível em:

<<http://www.parlamentocubano.cu/democracia/cien.htm>> . Acesso em 3 jan. 2008.

¹⁵ *El sistema electoral cubano*. Disponível em:

<<http://www.parlamentocubano.cu/democracia/sistema%20electoral.html>> . Acesso em 3 jan. 2008.

avançada em outros. Sobre a liberdade de expressão, o que mais pesa são as críticas ao governo. Os cubanos tem assembleias nos bairros semanalmente para expor suas reclamações que são levadas as assembleias municipais, estaduais ate chegar a nacional, que as leva ao presidente, se for necessário. Existem restrições, mas existem direitos e como em toda democracia, existem regras a serem cumpridas.

Vejamos, todos (acima de dezesseis anos) têm direito a voto¹⁶, qualquer um pode se candidatar a qualquer cargo, os cargos de maior importância, como o de presidente, têm mandatos de cinco anos e os de menor, como de deputados de assembleias municipais, dois anos e meio. Não existe propaganda eleitoral em rádio e TV para que não haja disputas injustas (uns com mais dinheiro para campanha do que outros), ninguém é obrigado a votar, as leis, antes de votadas pelo parlamento, são discutidas com as associações de trabalhadores que serão afetados por elas. O voto é secreto e a contagem dos mesmos se faz em locais públicos, frente a observadores internacionais e a população cubana. Os deputados não recebem salário extra, continuam trabalhando em suas funções originais, junto ao povo, para poder levar à assembleia as reivindicações do povo e são obrigados a participar das reuniões dos bairros e municipalidades que representam.¹⁷ Além disso, todos têm acesso à educação, saúde e lazer garantidos pelo governo. Todas as escolas e universidades são públicas, bem como os hospitais que, aliás, só são utilizados em casos mais, uma vez que cada rua tem o seu médico ali mesmo, que te atende em casa, sempre que necessário. Teatro, cinema, balé, ópera, entre outros eventos culturais, existem de graça aos montes. O transporte, escasso, também é provido pelo Estado e toda família recebe uma cesta básica. Existem restrições e algumas privações (reflexos do bloqueio?), porém, o direito ao voto, à saúde, educação e lazer é garantido a todos. Se isso não é democracia, temos que rever os conceitos e mudar de nome o sistema político que utilizamos no Brasil e o que é utilizado nos Estados Unidos.

Mais do que ser uma democracia, é um sistema apoiado e legitimado pelo povo, que mostra isso publicamente, assistindo a discursos de seus políticos por longas horas,

¹⁶ *El sistema electoral cubano*. Disponível em: <<http://www.parlamentocubano.cu/democracia/sistema%20electoral.html>> . Acesso em 3 jan. 2008.

¹⁷ PÉREZ, Jorge. *Cien preguntas y cien respuestas sobre el sistema electoral cubano*. Disponível em: <<http://www.parlamentocubano.cu/democracia/cien.htm>> . Acesso em 3 jan. 2008.

por exemplo¹⁸. Se, para o povo cubano, o sistema de governo não fosse legítimo, o mesmo já teria sofrido um golpe interno há muito tempo, visto o histórico do país em se rebelar e não aturar situações que lhe incomode por muito tempo. Facilmente, se houvesse tamanho descontentamento, surgiria uma contra-hegemonia com força suficiente para derrubar Fidel. Observando a história de Cuba, é possível perceber que o seu povo só se acalma quando está satisfeito e, desde a vitória da revolução, não houve nenhuma tentativa interna de tirar os revolucionários do poder, muito pelo contrário, o povo os legitimou. É sempre importante lembrar que Cuba é uma contra-hegemonia no mundo desde 1960 até hoje, e isto tem reflexos no seu sistema político, como ele foi formulado, como funciona e como é visto e (não) aceito pelos outros países, principalmente pelos Estados Unidos, que utiliza o sistema político cubano para fomentar suas leis que sustentam o bloqueio.

Mesmo que Cuba fosse de fato uma ditadura, isto não dá o direito aos Estados Unidos a puni-la, fazendo leis que atinjam a soberania da ilha. Leis são códigos nacionais que não devem ser extraterritoriais, de acordo com tratados e convenções das quais os Estados Unidos fazem parte. Portanto, que legitimidade tem uma sanção que é suportada por leis que afetam países terceiros, devido ao seu caráter extraterritorial? A resposta da União Européia, Argentina e México, entre outros países, já mencionada anteriormente, demonstra o sentimento quanto à ilegitimidade destas leis que perpetuam o bloqueio. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que os EUA ajudaram a instaurar e/ou manter ditaduras militares neste continente quando lhe convinha, na época que uma ditadura militar de direita era necessária, segundo os estadunidenses, para que os países latino-americanos não se alinhassem à União Soviética. Além disso, os estadunidenses reconhecem, atualmente, governos não-democráticos ao redor do mundo, como o da Arábia Saudita, portanto, se a falta de democracia em Cuba é o maior motivo da manutenção do bloqueio pelos EUA, este deveria acabar imediatamente, já que Cuba vive, sim, um regime democrático e, mesmo que não vivesse cabe somente ao povo daquele país decidir o que fazer para mudar isso. A manutenção do bloqueio não só se torna ilegítima, principalmente, com o final da Guerra Fria (que acabou com o medo de uma guerra nuclear), como faz com que os EUA abusem das contradições na sua política externa.

¹⁸ Experiência própria. Estive em Cuba em um 10 de Outubro, data que comemora o início da Guerra de independência cubana.

3.2 Direitos humanos e lobbies

Outro motivo para a manutenção do bloqueio seria a decisão de Fidel Castro de não assinar *Declaração universal de direitos humanos* da ONU¹⁹, o que, segundo o líder cubano, traria vulnerabilidade à ilha. É uma das decisões mais questionáveis de Fidel, pelo caráter da declaração e pelo número de países que a assinaram, porém, mais uma vez, a decisão de assinar ou não convenções e tratados cabe a cada país. Cuba é um país soberano e, assim sendo, deve ter respeitada as suas decisões. Mais uma vez, os EUA utilizam dois pesos e duas medidas nos seus julgamentos quanto a países estrangeiros, no caso dos direitos humanos. Afinal, quem respeita mais os direitos humanos, Cuba ou os países árabes, por exemplo, com quem os Estados Unidos mantêm relações comerciais e diplomáticas abertas e livremente? A resposta é óbvia até por motivos culturais, religiosos e ideológicos dos árabes, que os “proíbem” de respeitar alguns dos direitos humanos declarados universalmente pela ONU. Ou seja, onde está a legitimidade da sanção estadunidense? Faz algum sentido ter relações com países que desrespeitam os direitos humanos, mesmo que isso seja cultural, e usar a não assinatura de uma declaração sobre os mesmos direitos para fundamentar um bloqueio econômico? Vale a pena lembrar, que os Estados Unidos não quiseram assinar o protocolo de Kyoto sobre mudanças climáticas, alegando que interferiria na soberania do país. Muitos protestaram quanto a esta decisão estadunidense, uma vez que a adesão do país ao protocolo era praticamente vital para o seu funcionamento pleno, porém, nenhuma sanção foi aplicada, nenhum país interrompeu o comércio com os EUA e, por mais controversa que possa ser esta decisão, ela foi respeitada, pois, todo país soberano tem o direito de assinar ou não tratados, convenções, declarações etc. Os motivos que são declarados, oficialmente, pelos EUA para manutenção do bloqueio econômico a Cuba são, no mínimo, contraditórios com as ações do próprio país em relação à sua política externa recente. Os dois argumentos principais, falta de democracia e não assinatura da declaração universal dos direitos humanos, podem ser facilmente desestruturados, uma vez que Cuba goza de democracia (à sua maneira), o histórico apoio dos Estados Unidos a países não-democráticos quando lhe convém e pela contradição dos EUA ao não

¹⁹ Estados Unidos. *Lei N° 104.114, de 12 de março de 1996*. Cuban Liberty and Democratic Solidarity (Libertad) Act of 1996. Washington, 1996. Disponível em: <<http://www.treas.gov/offices/enforcement/ofac/legal/statutes/libertad.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro 2008.

assinar Kyoto. Se existe um ator, uma instituição que poderia penalizar Cuba pela não assinatura da declaração, este ator é a ONU uma vez que Cuba é membro da instituição supranacional. Pra piorar a situação deste argumento, o atual presidente de Cuba, Raúl Castro, já assinou a declaração sobre direitos humanos. Ou seja, resta aos Estados Unidos a alegação de que Cuba não é uma democracia, alegação já discutida acima e que não traduz o que acontece na ilha.

Existe quem defenda que o bloqueio é mantido pela forte influência dos lobbies cubanos anti-castro, com base no estado da Flórida, estado que deu a vitória nas últimas eleições presidenciais a George W. Bush. Estima-se que a população de cubano-americanos seja de mais de um milhão e duzentas mil pessoas com sua grande maioria vivendo na Flórida. Os cubano-americanos têm fundações sem fins lucrativos como a *Cuban-American National Foundation* (CANF), a mais famosa delas, que existe desde 1981. A CANF apóia uma derrubada do governo de Fidel Castro, mesmo que seja necessário o uso da força para isso, apóia o bloqueio e o defende com os mesmos argumentos do governo estadunidense, e deseja a abertura de Cuba para o capitalismo e às políticas de livre mercado²⁰. A fundação tem milhares de membros e simpatizantes e hoje são seis cubano-americanos (quatro no congresso e dois no senado) com o mesmo ideal da fundação e do governo dos EUA, ativos na política nacional estadunidense. Existem estudos mostrando a quantidade de dinheiro doado para campanhas políticas pelos cubano-americanos desde a década de 1970. Um dado interessante neste estudo é a quantidade de dinheiro doado em 1996 que, coincidentemente ou não, foi o ano da assinatura da lei de Helms-Burton, que endureceu ainda mais as regras da sanção a Cuba e para o seu fim. Em mais de vinte anos de financiamento de políticos, foram gastos pouco mais de 8 milhões e 800 mil dólares. Apenas em 1996, o valor é de 1.7 milhão.²¹ Não se pode negar que é um lobby forte, formado por uma grande população e com força política, já que os cubano-americanos estão na política estadunidense direta e indiretamente, podendo decidir eleições de um estado e, conseqüentemente, do país, pelo número de votantes com ascendência cubana na Flórida. Contudo, nos últimos anos, a CANF tem perdido algumas batalhas, teve sua imagem manchada e também

²⁰ *About CANF*. Disponível em: <<http://www.canf.org/2005/principal-ingles.htm>>. Acesso em 3 jan. 2008.

²¹ *The Cuban Connection: Cuban-American Money in US Elections 1979-2000*. Disponível em: <<http://www.opensecrets.org/pubs/cubareport/patterns.asp>>. Acesso em 3 jan. 2008.

recebendo algumas respostas negativas do governo estadunidense. O terrorista cubano anti-Castro Luis Posada Carriles, admitiu, em uma entrevista ao *New York Times*, ter recebido dinheiro da CANF para realizar um atentado a bomba em Cuba no final dos anos 1990. Carriles foi um dos comandantes do atentado terrorista a um avião comercial de uma companhia aérea cubana que matou 73 pessoas, e destes 57 cubanos, em 1976 e foi treinado pela CIA, com especialidade em explosivo, para a invasão da Baía dos Porcos, bem como outros que foram ou ainda são integrantes do conselho diretor da Fundação. A CANF, no episódio do menino Elian Gonzáles,²² sofreu a sua derrota mais significativa nos últimos anos, partindo do governo estadunidense. Os cubano-americanos queriam a permanência do garoto nos Estados Unidos, porém, Bill Clinton e a justiça estadunidense entrevistaram e o garoto voltou para Cuba. Até então, o governo estadunidense tinha tomado apenas decisão que legitimava o grupo aceitando a pressão feita por esse lobby.

Além disso, as doações recebidas pela CANF, que tiveram uma forte crescente da metade para o final da década de 1990, caíram nos últimos anos. Estudiosos da comunidade cubana nos EUA dão o crédito a este recuo aos jovens que não viveram os anos da revolução e estão se tornando maioria em *Little Havana*²³. Esta nova geração tem uma visão mais pragmática, tanto do bloqueio como de Fidel Castro e do regime político da ilha e, se este pragmatismo se espalhar entre os cubanos que vivem nos EUA, a CANF perde legitimidade e a hegemonia na sua política anti-socialismo e a transição para o fim do bloqueio pode ser facilitada. É válido ressaltar que, mesmo a população cubano-americana, que é contra os Castro e o socialismo, é contra também o bloqueio, pelo menos nos moldes em que ele se encontra desde 2005, onde é impossível visitar um parente doente, por exemplo, que esteja em Cuba.

²² O garoto foi levado embora de Cuba, para os Estados Unidos, pela mãe e padrasto, sem autorização do pai. A mãe e vários outros morreram na travessia Cuba-Flórida e o pai de Elián entrou com um pedido para ter o garoto de volta. O caso virou um imbróglie político por causa da relação entre os dois países e, principalmente, pela pressão da comunidade cubano-americana que pedia a permanência do garoto. Mas Elián acabou voltando para seu pai em Cuba, após decisão da justiça estadunidense, aprovada pelo presidente Bill Clinton.

²³ Bairro Cubano em Miami que reúne a maior comunidade cubanos nos EUA.

3.3 Anacronismo, aproximação e esforços para o fim do bloqueio

Quando se fala do bloqueio a Cuba, existe a idéia de que ele seja anacrônico, que em seu início, foi necessário e até desejável, pelo conflito que se poderia ter começado pela crise dos mísseis soviéticos na ilha. O argumento é razoável e compreensível, justamente pelo medo de uma guerra nuclear que teria potência para destruir boa parte do mundo. Porém, a crise foi resolvida em menos de um mês, através do diálogo entre os EUA e a União Soviética, que continuou apoiando Cuba após isso, mas pelas vias econômicas e não mais com cooperação militar. Se o bloqueio é anacrônico, ele o é há muito mais tempo do que o final da guerra fria. O anacronismo viria desde o final da crise dos mísseis em 1962 e não apenas com o final da Guerra Fria, com a queda da União Soviética e do muro de Berlim, e, mesmo que começasse aí o anacronismo, já se vão quase 20 anos das quedas. Anacrônico ou ilegítimo é a discussão mais profunda no momento, poucos discutem se o bloqueio é legítimo ou não, neste momento.

No final do segundo capítulo foi abordada a aproximação comercial dos Estados Unidos em relação a Cuba em um setor específico. Isto nos leva a um questionamento, por que a abertura para o *agribusiness*, mas a manutenção do bloqueio? Bill Clinton e George Bush que permitiram esta aproximação comercial, neste setor, alegam que o comércio de alimentos é em caráter humanitário. Porém, Cuba sempre teve o abastecimento de alimentos por outros países latino-americanos e até da Europa, na medida em que fosse necessário. A idéia que se defende para esta abertura é que, os Estados Unidos estava perdendo um mercado bom e muito próximo, com muitas possibilidades de lucros e, ao mesmo tempo, aprovando as vendas de produtos agrícolas em caráter humanitário, os estadunidenses estariam mostrando ao mundo que querem o bem de Cuba. Manter um bloqueio que é econômico, porém, permitir o comércio de alimentos em caráter “humanitário”, mesmo que Cuba não tenha pedido esta ajuda é contraditório.

Alguns críticos do bloqueio argumentam que ele deveria acabar imediatamente, pois, seria a maior desculpa que Castro teria para os problemas na ilha. Sem o bloqueio, não haveria mais desculpas e ficaria mais fácil acabar com o socialismo em Cuba. Além disso, haveria muitas oportunidades de negócios e os EUA, grande defensor do livre comércio, perdem este mercado tão promissor, tanto pela grande demanda que há em Cuba e, ainda mais, pela proximidade geográfica entre os dois países, o que dá uma

grande vantagem para os empresários estadunidenses. Além disso, um estudo comparando as condições sócio-econômicas de Cuba pré-revolução e atualmente, que teve seu resultado divulgado pelo departamento de estado estadunidense em 1998, concluiu que além de um pequeno aumento em gastos com transportes, os impactos do bloqueio econômico à economia cubana eram mínimos, ou seja, a pretensa asfixia econômica para fazer sucumbir o governo não funcionou.

Então, por que o bloqueio continua? Apesar de todos os protestos da sociedade internacional, das votações na assembléia geral da ONU pelo fim do bloqueio, de vários grupos dentro dos EUA e até de importantes (ex) políticos, como o ex-presidente estadunidense Jimmy Carter pedirem o seu fim, o bloqueio é mantido.

Os esforços para o fim do bloqueio econômico a Cuba partem de várias partes, todos eles já citados nesta monografia. A Assembléia Geral da ONU votará em 2008, pela décima-sétima vez consecutiva, caso o bloqueio persista, uma resolução sobre o fim do bloqueio. Empresários e Políticos estadunidenses também pressionam o governo para o fim do bloqueio, alegando que os EUA lucrariam muito com a volta do comércio com a ilha. Existem duas vias para o fim do bloqueio. A primeira, praticamente impossível de que aconteça, é que os países que votaram a favor do fim do bloqueio, deveriam adotar as mesmas medidas que os EUA adotam contra Cuba, para os estadunidenses, obrigando o gigante capitalista a suspender a sanção. Porém, isto é muito difícil de acontecer, pois, a grande maioria dos países prefere não ver a sua relação com os EUA arranhada e, ao mesmo tempo, teria de ser algo feito pelos grandes, como a União Européia e a China, que têm muitas outras prioridades. A segunda via para o fim do bloqueio é bem mais simples e fácil de ser executada, uma vez que depende da vontade de um só país, os Estados Unidos. Basta que o próximo presidente resolva não renovar as leis de Torricelli e Helms-Burton para que o bloqueio acabe. Em termos de legitimidade, todo o apoio contra o bloqueio, já detalhado anteriormente e citado acima, demonstra que não existe mais legitimidade para a mesmo. É difícil precisar quando esta legitimidade caiu, para a sociedade internacional, porém, pelas próprias votações na ONU contra a sanção, é válido dizer que a ilegitimidade existe desde a primeira votação, em 1992.

A recente renúncia de Fidel Castro à presidência cubana significa o fim do bloqueio? Poucos defendem a saída de Fidel do poder como início do fim do bloqueio. Os que o fazem alegam que os EUA poderiam exaltar que venceram Fidel Castro, a sua

renúncia seria propagada como uma vitória estadunidense em seu incansável embate pela transição democrática em Cuba. Pode ser que o fim do bloqueio esteja próximo e, na história, algum dia, poder-se-á interpretar a saída de Fidel como o fim do bloqueio. Mas, para a grande maioria, se o bloqueio acabar, este não terá sido o motivo, até porque, o novo presidente eleito de Cuba é Raúl Castro, irmão de Fidel, o que, para os Estados Unidos, significa que Cuba ainda não goza de democracia. Conforme citado no segundo capítulo, os EUA, através da lei de Helms-Burton, só considerarão que Cuba tenha um governo democrático quando, entre outras coisas, o presidente não seja nem Raúl e nem Fidel Castro.

A vontade dos estadunidenses, representada em seus políticos e, principalmente em seu presidente, é a forma mais correta, fácil e rápida de acabar com o bloqueio, pois, seria um fim não só legítimo, como legal, uma vez que é o presidente quem determina a renovação ou não das leis contra o bloqueio. No final deste ano (2008) ocorrerão eleições presidenciais nos EUA e, dependendo do resultado, o bloqueio pode acabar ou ser atenuado rapidamente. Porém, hoje, dos candidatos que poderão ser eleitos, apenas Barack Obama sinalizou simpatia pela idéia do fim do bloqueio e já declarou publicamente que se for presidente, sentará para conversar com o governo cubano sem impor nenhuma condição para que esta conversa inicial aconteça. Desta conversa poderá surgir o começo do fim do bloqueio.

O que mudaria hoje se o bloqueio acabasse? É difícil fazer uma previsão sobre o que aconteceria com Cuba ao final do bloqueio. O que mudaria de imediato seriam as condições econômicas do país, que voltaria a poder pedir financiamentos, não precisaria mais para a vista os produtos comprados dos EUA e, principalmente, veria sua economia crescer bastante, com a volta do comércio com os estadunidenses e mesmo com outros países, quem mantém um comércio limitado com Cuba com medo do “Tio Sam”. Com o fim do bloqueio, investimentos seriam feitos, tanto internos como estrangeiros, em vários setores do país que necessitam de melhorias, como o sistema de transporte público. Com todo o dinheiro que voltaria a entrar, o socialismo cubano teria mais condições de dar uma vida mais tranqüila aos seus cidadãos. Uma mesa com mais variedades, menos limitações em produtos supérfluos etc. Seria bom para vermos se o socialismo cubano conseguiria sobreviver a esta abertura e como ela se daria. Em termos políticos é ainda mais difícil prever o que aconteceria. Com a volta das viagens entre os dois países, legalmente, é possível que o movimento anti-Castro volte para a

ilha e tente novos ataques armados. Talvez não. Ou talvez o próprio povo cubano pedisse uma mudança, um presidente não ligado à revolução. Enfim, tudo é possível e tudo é incerto. O que é certo é que Cuba teria condições plenas de, aos poucos e sustentavelmente, corrigir os problemas que hoje afetam os cubanos, um dos maiores deles, o transporte.

Cuba, num mundo dominado pelo capitalismo, é, desde o fim da Guerra Fria, a grande contra-hegemonia política e social, tentando mostrar que é possível uma alternativa ao capitalismo, desde que essa alternativa seja hegemônica, legítima. Os maiores defensores do capitalismo são os Estados Unidos, que são também, no momento, a nação mais poderosa do mundo, militar e economicamente. A manutenção do bloqueio a Cuba, se sustenta por vontade deste país da mesma forma que começou por ele há mais de 45 anos. A contra-hegemonia de Cuba aos Estados Unidos e ao capitalismo continuará enquanto o socialismo de Fidel continuar sendo Hegemonia na Ilha²⁴. A sociedade civil e política cubana vão bem, com suas limitações e carências como todas outras sociedades que buscam evoluir. Mas será que as carências e limitações seriam tantas assim se Cuba pudesse comerciar livremente com outros países? Será que Cuba não seria mais “evoluída” hoje se países como Brasil não tivessem medo de fazer negócios com Cuba, temendo represálias estadunidenses, o maior comprador de quase todo o mundo? Se Cuba está bem, a ponto de dar saúde e educação a todos, erradicar doenças que ainda nos matam, como a febre amarela, descobrir curas para tantas outras, exportar ciência, atrair estudantes, da medicina ao cinema, dar moradia e alimentação a todos, ainda que não seja nos padrões desejados, enfim, se uma sociedade política consegue se juntar e dar a sociedade civil o que lhe é de direito com um bloqueio econômico, o que aconteceria se o bloqueio deixasse de existir? Será este o medo dos Estados Unidos, que Cuba consiga mostrar ao mundo uma alternativa contra-hegemônica bem sucedida para o seu defendido capitalismo? Os cubanos, os internacionalistas e os estadunidenses merecem saber o que aconteceria sem o tal bloqueio. Mais uma vez me pergunto, é possível considerar o bloqueio legítimo? Por que ele persiste? Os Estados Unidos querendo mostrar a sua força (ou não mostrar fraqueza) ao mundo? Lobby de poderosos cubanos anti-Castro nos EUA? Existe uma

²⁴ Muitos dos cubanos com quem conversei em visita ao país, em outubro de 2006, não se consideram socialistas e muito menos comunistas, mas se dizem, com orgulho, fidelistas.

resposta? A conquista consensual já aconteceu, o fim do bloqueio é o pensamento e a vontade hegemônica, independente das ideologias dos mais de 190 países membros da ONU. A Sociedade Civil Internacional também se manifesta a favor do fim do bloqueio e até empresários estadunidenses pedem a abolição da sanção. O bloqueio é ilegítimo.

Chegando à conclusão de que o bloqueio a Cuba é ilegítimo, é válido pensar como essa visão contra-hegemônica pode se fortalecer. Existe algo que possa ser feito? Existe, se os estados que se declaram contra o bloqueio impuserem o seu pensamento aos Estados Unidos de maneira incisiva, pode haver progresso no debate do fim do bloqueio e um fortalecimento da visão contra-hegemônica. O apoio moral já existe.

Pensando numa perspectiva realista, a preponderante na terra de Bush, os estados não deverão se intrometer nesta questão, uma vez que na somatória do que eles perdem/ganham apoiando os cubanos e indo contra os estadunidenses, o resultado será negativo, já que os Estados Unidos são a potência mundial no momento. Pensando pela mesma ótica realista, até quando os Estados Unidos manterão este bloqueio ilegítimo? Da maneira os fatos têm acontecido, não deveria demorar muito. A pressão interna é cada vez maior para o fim do bloqueio, tanto de novas gerações de cubanos, como de estadunidenses, empresários ou não, e até políticos daquele país. Na sociedade internacional, os números das últimas votações na ONU são esmagadores. Politicamente, já é possível afirmar que a situação está chegando a ficar negativa, na soma realista. Economicamente, principalmente pelos números do setor que comercia (limitadamente) com Cuba, percebe-se a perda de oportunidades de negócios. Se tivesse que apostar, apostaria que o bloqueio não foi suavizado e/ou desfeito por George Bush para não “manchar” a reputação do partido republicano, que deve passar o problema para os democratas. Pensando mais o realisticamente (no sentido da teoria) possível, pode-se afirmar que o bloqueio chegará ao fim em breve. Se isto não acontecer, teremos que buscar novas explicações para a manutenção pós-Fidel, pós-Bush etc.

CONCLUSAO

Emitir qualquer opinião em assuntos que envolvam Cuba não é fácil. Muitos dizem que com Cuba, principalmente pela figura de Fidel Castro e da revolução, não existe meio termo. Existem os que amam e os que odeiam; os que são a favor e os que são contra. É necessário que existam os que estudem.

Para falar sobre Cuba, assim como para ir a Cuba, é preciso cuidado com os preconceitos e as primeiras impressões. Olhar mais a fundo e não perceber apenas os carros antigos, os defeitos que estão visíveis a todos. Conhece-se Cuba visitando escolas e bairros familiares. Para falar sobre o bloqueio econômico também, porque ele não é só econômico, o seu lado o mais visível e comentado. Aliás, é muito mais social e político. É preciso prestar atenção em seus efeitos para o bem e para o mal, na sociedade civil e política cubana, assim como para os países que são afetados indiretamente pela sanção.

A história do povo cubano é cheia de percalços, de lutas por independências e ideais. A história recente do povo cubano é de luta para manter uma alternativa em que eles acreditam, luta essa que tem lhe custado uma vida com mais conforto. Milhões abdicaram de luxos por um sonho, um ideal de ser um país verdadeiramente justo, da maneira que um grupo, sustentado por uma nação e a representando, idealizaram. É aí que se evidencia a ilegitimidade da sanção. O socialismo resiste em Cuba porque o seu povo quer. O bloqueio limita a evolução de um sonho alcançado e não um mal indesejado. A manutenção do bloqueio após o término da Guerra Fria indigna e faz sofrer um povo que quer viver sua vida de uma maneira diferente, a sua maneira e mostrar para o mundo que isto seja possível.

Assim como o povo cubano enfrenta dificuldades potencializadas pelo bloqueio, esta monografia teve dificuldade de ser desenvolvida, a princípio, pela falta de livros sobre o assunto nas nossas bibliotecas e mesmo em livrarias, em qualquer idioma. Bibliografia em português especificamente sobre o bloqueio praticamente inexistente. E se tornou mais interessante com um fato histórico que aconteceu enquanto o desenvolvimento do trabalho já entrava em sua reta final: a renúncia de Fidel Castro

A pergunta principal, depois de tudo o que foi discutido, não é se o bloqueio é legítimo. Queremos saber por que ele persiste. Porém, em uma monografia existem limites e duas perguntas tão específicas, mas, ao mesmo tempo, tão abrangentes, não há espaço para serem tratadas, ao mesmo, com a devida atenção.

Fica a inquietação e vontade de responder a esta pergunta. Por que o bloqueio persiste, mesmo sem legitimidade? Até quando ele vai? O que acontece com o seu fim? E agora, sem Fidel, como fica Cuba? Temas suficientes para novos trabalhos e tão interessantes quanto.

Talvez só possamos descobrir, de fato, a resposta para todas estas inquietudes daqui a vinte ou trinta anos, quando os documentos do governo estadunidense dos anos 2000 serão abertos ao público para consulta. Até lá, tentaremos buscar as respostas para estas perguntas que se repetem ao longo dos anos.

Contra ou a favor de socialismo, revolução, Fidel Castro e Che Guevara, temos que concordar que o bloqueio é uma injustiça com o povo cubano. Mais que isso e com uma visão mais egoísta, a perpetuação do bloqueio nos rouba a oportunidade de ver uma alternativa ao capitalismo com plenas condições de ter um sucesso, ou fracasso, pleno. Muitos argumentam que o bloqueio é a muleta que perpetua o socialismo em Cuba. É uma pena que, por enquanto, não temos a chance de comprovar ou desmentir isto. Fidel Castro continua escrevendo suas colunas, agora sob o título de “reflexões do companheiro Fidel”,²⁵ com a certeza, em sua mente, de que a história o absolverá. Aguardaremos para saber o que a história dirá sobre a manutenção de um bloqueio econômico por tanto tempo.

²⁵ Fidel Castro escreve semanalmente para o jornal cubano Granma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política Vols. 1 e 2. Brasília: Ed. UnB 2002. p. 319-329, 674-679.

CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papyrus, 1986. p. 89-117.

COTAYO, Nicanor. *El bloqueo a Cuba*. La Habana: Editorial de ciencias sociales, 1983.

COUTINHO, Carlos. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992. p. 45-86.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 97-113

FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOTT, Richard. *Cuba – Uma Nova História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MORERA, Jose, CALCINES, Rafael. *La guerra de la CIA contra Cuba*. La Habana: Agencia de Informacion Nacional, 1988.

MURUAGA, Angela et al. *Cuba: crisis, ajuste y situacion social (1990 – 1996)*. La Habana: Editorial de ciencias sociales, 1998.

PÉREZ, Jorge. *Cuba: 300 perguntas, 300 respostas*. Brasília: Casa Editora da Embaixada no Brasil, 2002.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SELLERS, Charles., MAY, Henry., MCMILLEN, Neil. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

PUBLICAÇÕES SERIADAS

CUERVO, Pelayo. Recrudescimiento del bloqueo por parte de los Estados Unidos. *Tablóide especial*. La Habana, v. 8, p. 4-6, ago. 2006.

ROQUE, Felipe. El mundo vs. El bloqueo – discurso de Pérez Roque en la ONU. *Correo de Cuba*, La Habana, cuarto trimestre 2005. p. 6-9.

REFERÊNCIAS OBTIDAS NA INTERNET

- About CANF*. Disponível em: < <http://www.canf.org/2005/principal-ingles.htm>>. Acesso em 3 jan. 2008.
- Estados Unidos. *Lei N° 104.114, de 12 de março de 1996*. Cuban Liberty and Democratic Solidarity (Libertad) Act of 1996. Washington, 1996. Disponível em: <<http://www.treas.gov/offices/enforcement/ofac/legal/statutes/libertad.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro 2008.
- Estados Unidos. *Act N° 22.69, de 1992*. Cuban Democracy Act (CDA). Washington, 1992. Disponível em: <<http://www.treas.gov/offices/enforcement/ofac/legal/statutes/cda.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro 2008.
- El sistema electoral cubano*. Disponível em: <<http://www.parlamentocubano.cu/democracia/sistema%20electoral.html>> . Acesso em 3 jan. 2008.
- Movement in Miami*. Disponível em <http://www.economist.com/world/la/displaystory.cfm?story_id=10731584> . Acessado em 10 jan. 2008
- The Cuban Connection: Cuban-American Money in US Elections 1979-2000. Disponível em: <<http://www.opensecrets.org/pubs/cubareport/patterns.asp>> . Acesso em 3 jan. 2008.
- PÉREZ, Jorge. *Cien preguntas y cien respuestas sobre el sistema electoral cubano*. Disponível em: <<http://www.parlamentocubano.cu/democracia/cien.htm>> . Acesso em 3 jan. 2008.
- PÉREZ, Jorge. *Elecciones, parlamento y democracia em Cuba*. Disponível em: <<http://www.parlamentocubano.cu/democracia/parlamento.htm>> . Acesso em 3 jan. 2008.
- TORTORELLA, Aldo. *Vocabulário gramsciano*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv52.htm>> . Acesso em 10 jan. 2008.